**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 6ª (SEXTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A.**

*celebrado entre*

**ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A.**

*como Emissora; e*

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

*como Agente Fiduciário e representante dos Debenturistas*

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Datado de

30 de novembro de 2021

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 6ª (SEXTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A.

Pelo presente instrumento particular,

**ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, na Rua Manoel de Castro, nº 1.170, bairro Candelária, CEP 59.064-010, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (“CNPJ/ME”) sob o nº 23.314.594/0001-00 e com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte (“JUCERN”) sob o NIRE nº 24300004419, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social (“Emissora”);

e, como agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das Debêntures (conforme abaixo definidas) (“Debenturistas”),

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira, com sede situada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3.434, bloco 7, 2º andar, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social (“Agente Fiduciário”, sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como “Partes” e, individual e indistintamente, como “Parte”).

Vêm por esta celebrar, na melhor forma de direito, o presente “*Instrumento Particular de Escritura da 6ª (Sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Alesat Combustíveis S.A.*” (“Escritura de Emissão”), que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo descritas.

# Cláusula Primeira – AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é firmada com base nas deliberações tomadas na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 30 de novembro de 2021 (“RCA”) e na Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 30 de novembro de 2021 (“AGE”), nas quais foram deliberadas e aprovadas (a) os termos e condições da 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), incluindo seus termos e condições, conforme o disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”); e (b) a realização da Oferta Restrita (conforme abaixo definida), incluindo os seus termos e condições, conforme o disposto na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei 6.385/76”) e na Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”).

1.2. A outorga da Garantia Estrangeira (conforme abaixo definida) e a celebração da Carta de Garantia (conforme abaixo definida) são realizadas com base nas deliberações do *Board* da Glencore PLC, sociedade devidamente constituída e validamente existente de acordo com as leis de Jersey, com sede em Queensway House, Hilgrove Street, St Helier, Jersey, JE1 1ES (“Garantidora”), realizadas em 15 de fevereiro de 2019, e da reunião do *CEO* e do *CFO* da Garantidora, realizada em 02 de julho de 2021.

## Cláusula Segunda – REQUISITOS

A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

**2.1. Dispensa de Registro na CVM**

2.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensadas do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 6º da Instrução CVM 476 e o artigo 19 da Lei 6.385/76. Não obstante, o Coordenador Líder (conforme abaixo definido) enviará à CVM (i) comunicação do início da Oferta Restrita (conforme abaixo definida), nos termos do artigo 7º-A da Instrução CVM 476; e (ii) comunicação do encerramento da Oferta Restrita, nos termos do artigo 8⁰ da Instrução CVM 476.

**2.2. Arquivamento e Publicação das Atas de RCA e AGE**

2.2.1. As atas da RCA e da AGE que deliberaram sobre a Emissão e a Oferta Restrita (conforme abaixo definida) serão devidamente (a) arquivadas na JUCERN; e (b) publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte e no Jornal Tribuna do Norte; tudo em conformidade com o artigo 62, inciso I, e artigo 289, ambos da Lei das Sociedades por Ações.

**2.3. Arquivamento desta Escritura de Emissão**

2.3.1. A presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCERN (ou, em caso de alteração da sede da Emissora, na Junta Comercial competente), nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2. A Emissora se compromete a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via eletrônica contendo a chancela de registro digital ou 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão, conforme o caso, e dos seus eventuais aditamentos, devidamente registrados na JUCERN (ou, em caso de alteração da sede da Emissora, na Junta Comercial competente) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis (conforme abaixo definidos), após a obtenção dos respectivos registros.

**2.4. Depósito para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica**

2.4.1. As Debêntures serão depositadas para distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 (“B3”), sendo a distribuição liquidada financeiramente na B3.

2.4.2. As Debêntures serão depositadas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações das Debêntures liquidadas na B3 e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.

**2.5. Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)**

2.5.1. Por se tratar de oferta para distribuição pública com esforços restritos de distribuição e sem a utilização de prospecto, a Oferta Restrita (conforme abaixo definida) deverá ser registrada na ANBIMA, nos termos dos artigos 12 e 16 do *“**Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*” (“Código ANBIMA”), vigente a partir de 6 de maio de 2021, em até 15 (quinze) dias contados do envio, pelo Coordenador Líder (conforme abaixo definido), da comunicação de encerramento da Oferta Restrita à CVM, nos termos do artigo 8º da Instrução CVM 476.

## Cláusula Terceira – OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

3.1. De acordo com o seu Estatuto Social, a Emissora tem como objeto social: (i) a compra, armazenagem, venda e distribuição de combustíveis líquidos, derivados de petróleo, álcool combustível, biodiesel, gás liquefeito de petróleo, gás natural veicular, querosene iluminante, querosene de aviação e óleos combustíveis; (ii) a compra, venda e distribuição de aditivos para combustíveis, bem como para motores; (iii) a prestação de serviços de transportes rodoviários municipal e interestadual de combustíveis, cargas sólidas a granel e cargas fracionadas; (iv) a participação no capital de outras sociedades, como sócia ou acionista; (v) a concessão de franquias e cessão de direitos a terceiros, para uso das marcas e nomes comerciais de titularidade da Emissora, bem como do conjunto de elementos visuais que a identificam com exclusividade; (vi) arrendamento de equipamentos; (vii) a exploração de lojas de conveniência; (viii) a locação de veículos; (ix) a fabricação, compra e venda de lubrificantes automotivos industriais; (x) os serviços de *Call Center*; (xi) o comércio atacadista de produtos derivados de petróleo (asfaltos, asfalto oxidado, asfaltos modificados, inclusive por polímero e pó de borracha, asfalto diluído, emulsões asfálticas com polímero e emulsões asfálticas catiônicas e aniônicas) e a distribuição, importação e exportação de asfalto e seus derivados (asfalto de petróleo, cimento asfáltico); (xii) a prestação de serviço de monitoramento e localização de veículos; (xiii) a importação e exportação de etanol combustível; (xiv) importação e exportação de petróleo e seus derivados; (xv) prestação de serviços de legalização de documentos para a importação e exportação dos produtos citados nos itens (xiii) e (xiv) acima; (xvi) exercício das funções de estipulante, subestipulante e/ou intermediador de seguros diversos, nos termos da regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados e/ou da Superintendência de Seguros Privados.

## Cláusula Quarta – DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

4.1. Os recursos obtidos por meio da Emissão serão utilizados para o refinanciamento de dívidas da Emissora.

## Cláusula Quinta – CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

**5.1. Colocação e Procedimento de Distribuição**

5.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures (“Oferta Restrita”), com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de valores mobiliários que atuará na qualidade de instituição intermediária líder da Oferta Restrita (“Coordenador Líder”), nos termos do contrato de colocação das Debêntures a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder (“Contrato de Distribuição”).

5.1.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 (“Plano de Distribuição”). Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar no máximo 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais (conforme abaixo definidos), nos termos da Cláusula 5.1.3 abaixo, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais.

5.1.3. Não obstante o descrito na Cláusula 5.1.2 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme abaixo definidos) e depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição pelos Investidores Profissionais (conforme abaixo definidos) conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, salvo com relação ao lote objeto de garantia firme de colocação pelo Coordenador Líder indicado no momento da subscrição, observados, na negociação subsequente, os limites e condições previstos nos artigos 2º e 3º da Instrução CVM 476 e, em todos os casos, observado o cumprimento, pela Emissora, do artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis. Para fins desta Escritura de Emissão consideram-se (i) “Investidores Qualificados” aqueles investidores referidos no artigo 12 da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021 (“Resolução CVM 30”); e (ii) “Investidores Profissionais” aqueles investidores referidos no artigo 11 da Resolução CVM 30, sendo certo que nos termos do artigo 13 da Resolução CVM 30, os regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios são considerados Investidores Profissionais ou Investidores Qualificados apenas se reconhecidos como tais conforme regulamentação específica do órgão de governo competente na esfera federal.

5.1.4. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela B3, e com o Plano de Distribuição descrito nesta Cláusula Quinta.

5.1.5. A Emissora se compromete a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

5.1.6. Até o ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Profissional assinará declaração atestando a respectiva condição de investidor profissional e de que está ciente e declara que, dentre outros (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e será objeto de registro perante a ANBIMA; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura de Emissão; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições.

5.1.7. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos para a Oferta Restrita, independentemente de ordem cronológica.

5.1.8. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

5.1.9 A Emissora não poderá realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto da Oferta Restrita dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da Comunicação de Encerramento ou do cancelamento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

**5.2. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização**

5.2.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário (conforme abaixo definido), em uma única data, na data de sua efetiva subscrição e integralização (“Preço de Subscrição” e “Data de Integralização”, respectivamente). Caso, por qualquer motivo (inclusive por motivo de erro), a subscrição e a integralização ocorram em mais de uma data, após a primeira Data de Integralização (“Primeira Data de Integralização”), o preço de integralização das Debêntures será o Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da Remuneração (conforme abaixo definida) calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização até a data de sua efetiva subscrição e integralização.

5.2.2. As Debêntures serão integralizadas, à vista, em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição, no ato da subscrição, de acordo com as normas e procedimentos de liquidação aplicáveis à B3.

## Cláusula Sexta – CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES

**6.1. Séries**

6.1.1. A Emissão será realizada em série única.

**6.2. Valor Total da Emissão**

6.2.1. O valor total da Emissão será de R$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais).

**6.3. Quantidade de Debêntures**

6.3.1. Serão emitidas 400.000 (quatrocentas mil) Debêntures.

**6.4. Número da Emissão**

6.4.1. A Emissão representa a 6ª (sexta) emissão pública de debêntures da Emissora.

**6.5. Agente de Liquidação e Escriturador**

6.5.1. Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3.434, bloco 7, 2º andar, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0001-91, atuará como agente de liquidação da Emissão e como escriturador das Debêntures (“Agente de Liquidação” e “Escriturador”, respectivamente).

**6.6. Data de Emissão**

6.6.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 10 de dezembro de 2021 (“Data de Emissão”).

**6.7. Valor Nominal Unitário**

6.7.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R$1.000,00 (um mil reais) (“Valor Nominal Unitário”).

**6.8. Forma, Conversibilidade e Comprovação da Titularidade das Debêntures**

6.8.1. As Debêntures serão da forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautela ou certificados, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

6.8.2. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela B3 em nome dos Debenturistas quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na B3.

**6.9. Espécie**

6.9.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, e contarão com garantia fidejussória adicional, nos termos da Cláusula 6.14 abaixo. Desse modo, não será segregado nenhum dos bens da Emissora em particular para garantir as Debêntures em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão.

**6.10. Prazo de Vigência e Data de Vencimento**

6.10.1. As Debêntures terão o prazo de vigência de 48 (quarenta e oito) meses contados a partir da Data de Emissão, com vencimento, portanto, em 10 de dezembro de 2025 (“Data de Vencimento”), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, de Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido) das Debêntures, de Oferta de Resgate Antecipado (conforme abaixo definida) da totalidade das Debêntures e as demais hipóteses de resgate da totalidade das Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão.

**6.11. Amortização Programada**

6.11.1. Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, de Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido) das Debêntures, de Oferta de Resgate Antecipado (conforme abaixo definida) da totalidade das Debêntures, de Amortização Extraordinária Facultativa (conforme abaixo definida) e as demais hipóteses de resgate da totalidade das Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, será amortizado em uma única parcela, sendo o pagamento devido na Data de Vencimento.

**6.12. Atualização do Valor Nominal Unitário e Remuneração das Debêntures**

6.12.1. O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, não será objeto de atualização ou correção monetária por qualquer índice.

6.12.2. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes à variação percentual acumulada de 100% (cem por cento) da taxa média diária de juros dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, “*over extra grupo*”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (conforme abaixo definidos), calculada e divulgada diariamente pela B3 no informativo diário disponível em sua página na *internet* (<http://www.b3.com.br>) (“Taxa DI” ou “Taxa DI-Over”), acrescida de um *spread* ou sobretaxa equivalente a 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração”).

6.12.3. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata* *temporis* por Dias Úteis (conforme abaixo definidos) decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, desde a Primeira Data de Integralização ou desde a Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definida) imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data de seu efetivo pagamento.

6.12.4. O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

**J = VNe x (FatorJuros – 1)**

onde:

J valor unitário da Remuneração devido ao final de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido), calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros fator de juros, composto pelo parâmetro de flutuação, acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

FatorJuros = (FatorDI x Fator*Spread*)

onde:

FatorDI produtório das Taxas DI-Over, com uso de percentual aplicado a partir da data de início de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido), até a data de cálculo, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

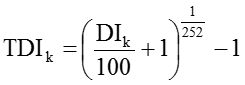


onde:

k número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até nDI;

nDI número total de Taxas DI-Over, consideradas na apuração do “FatorDI”, sendo “nDI” um número inteiro;

TDIk Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:



onde:

DIk Taxa DI, de ordem k, expressa na forma percentual ao ano, divulgada pela B3, válida por 1 (um) Dia Útil (conforme abaixo definido) (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Fator*Spread* sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:



onde:

*spread* 1,2000 ; e

n número de Dias Úteis (conforme abaixo definidos) entre a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definida) imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data de seu efetivo pagamento, sendo “n” um número inteiro.

Observações:

O fator resultante da expressão (1 + TDIk) é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários (1 + TDIk), sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (FatorDI x Fator*Spread*) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

O período de capitalização da Remuneração (“Período de Capitalização”) é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Primeira Data de Integralização (inclusive), e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definida) (exclusive) e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive) e termina na respectiva Data de Pagamento da Remuneração subsequente (exclusive). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento, a data do vencimento antecipado das Debêntures, a data do Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido) das Debêntures, a data da Oferta de Resgate Antecipado (conforme abaixo definida) da totalidade das Debêntures, a data da Amortização Extraordinária Facultativa (conforme abaixo definida) e a data das demais hipóteses de resgate da totalidade das Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão.

6.12.5. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração da Remuneração, será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI disponível.

6.12.6. Na ausência da apuração e/ou divulgação e/ou limitação da utilização e/ou extinção da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias após a data esperada para apuração e/ou divulgação (“Prazo DI”) e/ou em caso de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado judicialmente ou legalmente para tanto, conforme o caso. No caso de não haver substituto judicial ou legal para a Taxa DI, será convocada, pelo Agente Fiduciário, em 2 (dois) Dias Úteis (conforme abaixo definidos) contados a partir do último dia do Prazo DI ou da data de extinção ou inaplicabilidade da Taxa DI, conforme o caso, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida), nos termos da Cláusula Nona abaixo, a qual terá como objeto a deliberação pelos Debenturistas, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures (“Nova Remuneração”).

6.12.7. Até a deliberação da Nova Remuneração, quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI disponível.

6.12.8. Caso a Taxa DI volte a ser apurada/divulgada e/ou sua utilização volte a ser permitida antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida) de que trata a Cláusula 6.12.6 acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada, passando a Taxa DI novamente a ser utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos desta Cláusula, a última Taxa DI divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

6.12.9. Na hipótese da Cláusula 6.12.6 acima, caso não haja acordo sobre a Nova Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando, mais que 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definidas), a Emissora deverá optar, a seu exclusivo critério e na mesma Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida) de que trata na Cláusula 6.12.6 acima, por uma das alternativas a seguir estabelecidas:

1. a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, no prazo máximo de 20 (vinte) Dias Úteis (conforme abaixo definidos) contados da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida) ou da data em que deveria ter sido realizada referida Assembleia Geral de Debenturistas ou, caso ocorra primeiro, na Data de Vencimento, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* a partir da Primeira Data de Integralização ou a partir da Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definida) imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures a serem resgatadas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente. Caso a Emissora opte por resgatar as Debêntures nos termos previstos nesta alínea, a B3 deverá ser comunicada a esse respeito com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis (conforme abaixo definidos) da data do resgate;
2. a Emissora deverá apresentar, e a mesma Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida) deverá deliberar, por debenturistas representando mais que 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definidas), sobre um novo cronograma e taxa de remuneração da totalidade das Debêntures, o qual não excederá (i) para o pagamento da amortização do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a Data de Vencimento; e (ii) para o pagamento da remuneração, as Datas de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definidas). Caso a Emissora opte por amortizar a totalidade das Debêntures nos termos previstos nesta alínea, a B3 deverá ser comunicada a esse respeito com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis (conforme abaixo definidos) da data da amortização.

**6.13. Pagamento da Remuneração**

6.13.1. A Remuneração deverá ser paga semestralmente, sempre no dia 10 dos meses de junho e dezembro de cada ano, conforme cronograma disposto abaixo (cada uma, uma “Data de Pagamento da Remuneração”), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, de Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido) das Debêntures, de Oferta de Resgate Antecipado (conforme abaixo definida) da totalidade das Debêntures, de Amortização Extraordinária Facultativa (conforme abaixo definida) e as demais hipóteses de resgate da totalidade das Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão.

|  |
| --- |
| **Datas de Pagamento da Remuneração** |
| 10 de junho de 2022 |
| 10 de dezembro de 2022 |
| 10 de junho de 2023 |
| 10 de dezembro de 2023 |
| 10 de junho de 2024 |
| 10 de dezembro de 2024 |
| 10 de junho de 2025 |
| Data de Vencimento |

6.13.2. Farão jus ao pagamento da Remuneração aqueles que forem titulares de Debêntures ao final do Dia Útil (conforme abaixo definido) imediatamente anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

**6.14. Garantia Estrangeira**

6.14.1. Em garantia do integral e pontual pagamento de todas as obrigações contraídas pela Emissora em razão da Emissão, será constituída, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, garantia adicional pela Garantidora, conforme previsto no “*Deed of Corporate Guarantee*”, a ser emitida pela Garantidora em favor do Agente Fiduciário, na condição de representante dos Debenturistas (“Garantia Estrangeira” e “Carta de Garantia”, respectivamente), a qual será regida pelas leis da Inglaterra.

6.14.2. A Garantia Estrangeira será compartilhada de forma proporcional e *pari passu* entre os Debenturistas, nos termos da Carta de Garantia.

6.14.3. Tendo em vista que a Garantia Estrangeira será regida pelas leis da Inglaterra, fica desde já certo e ajustado que a subscrição, integralização e/ou aquisição das Debêntures importará na ciência e no consentimento por parte dos subscritores com relação à necessidade de excussão da Garantia Estrangeira exclusivamente perante os tribunais ingleses, pela regência daquela lei.

6.14.4. A celebração da Carta de Garantia foi objeto de análise pelos assessores legais da presente Emissão, tendo sido abordado as implicações e constituição desta garantia de acordo com as leis da Inglaterra.

6.14.5. Cabe ao Agente Fiduciário convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida) para que os Debenturistas, em tal oportunidade, deliberem acerca da escolha de terceiro especializado que deverá requerer e conduzir a excussão da Garantia Estrangeira, se assim for deliberado pelos Debenturistas, após verificado o inadimplemento da Emissora. Os Debenturistas estão cientes e de acordo que o procedimento de excussão da Garantia Estrangeira será conduzido por terceiro contratado pelos Debenturistas exclusivamente para este fim, ficando a cargo do Agente Fiduciário o acompanhamento de referidos procedimentos e a representação dos Debenturistas, se assim deliberado pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas.

**6.15. Repactuação**

6.15.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

**6.16.** **Aquisição Facultativa**

6.16.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, observados os prazos estabelecidos na Instrução CVM 476, e, ainda, condicionado ao aceite do respectivo Debenturista vendedor, adquirir Debêntures, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão (i) ser canceladas; (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures.

**6.17. Resgate Antecipado Facultativo**

6.17.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures, a qualquer momento a partir da Data de Emissão (“Resgate Antecipado Facultativo”). As Debêntures serão resgatadas pelo seu Valor Nominal Unitário ou pelo saldo do seu Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data do efetivo resgate; e (ii) de prêmio *flat*, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo, acrescido da Remuneração, conforme indicado na tabela abaixo:

|  |  |
| --- | --- |
| **Data do Resgate Antecipado Facultativo** | **Prêmio**  **(*flat*)** |
| Entre a Data de Emissão (inclusive) e 10 de dezembro de 2022 (exclusive) | 0,1000% |
| Entre 10 de dezembro de 2022 (inclusive) e 10 de dezembro de 2023 (exclusive) | 0,0500% |
| Entre 10 de dezembro de 2023 (inclusive) e a Data de Vencimento (exclusive) | 0,0000% |

6.17.2. Caso tenha interesse em promover o Resgate Antecipado Facultativo, a Emissora deverá comunicar aos titulares de Debêntures por meio de publicação de Aviso aos Debenturistas (conforme abaixo definido), nos termos da Cláusula 6.27 abaixo, ou por meio de comunicado individual a ser encaminhado pela Emissora a cada um dos titulares de Debêntures, em qualquer hipótese com o envio da cópia da publicação ou da comunicação para o Agente Fiduciário, o Agente de Liquidação e o Escriturador, acerca da realização do Resgate Antecipado Facultativo, com, no mínimo, 10 (dez) Dias Úteis (conforme abaixo definidos) de antecedência da data prevista para o efetivo Resgate Antecipado Facultativo. Tal comunicado deverá conter os termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo, que incluem, mas não se limitam a: (a) a data efetiva para sua realização, que coincidirá com o pagamento dos valores devidos em função do Resgate Antecipado Facultativo e que deverá ser um Dia Útil; (b) a forma de cálculo dos valores devidos em função do Resgate Antecipado Facultativo; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo.

6.17.3. Fica desde já estabelecido que as Debêntures resgatadas antecipadamente serão obrigatoriamente canceladas.

6.17.4.A Emissora deverá, com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis (conforme abaixo definidos) da data do efetivo resgate, comunicar a B3 sobre a sua intenção de realizar o Resgate Antecipado Facultativo, por meio de correspondência enviada pela Emissora, com a anuência do Agente Fiduciário.

6.17.5.O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio do Resgate Antecipado Facultativo será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na B3, por meio de depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas observados os procedimentos adotados pelo Escriturador.

6.17.6.Uma vez comunicada a data do Resgate Antecipado Facultativo, a Emissora somente poderá alterá-la mediante deliberação por Debenturistas que representem mais que 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definidas). Caso seja aprovada a alteração da data do Resgate Antecipado Facultativo, a Emissora deverá comunicar a B3 sobre a nova data do Resgate Antecipado Facultativo anteriormente à data originalmente programada para o Resgate Antecipado Facultativo, respeitando também a antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis (conforme abaixo definidos) da nova data do efetivo resgate.

6.17.7.O Resgate Antecipado Facultativo deverá, necessariamente, abranger a totalidade das Debêntures, não sendo admitido o Resgate Antecipado Facultativo de apenas parte das Debêntures.

**6.18. Oferta de Resgate Antecipado**

6.18.1. A Emissora poderá realizar, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, oferta de resgate antecipado da totalidade ou de apenas parte das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, a qual será endereçada a todos os titulares das Debêntures, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo (“Oferta de Resgate Antecipado”):

1. a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio da publicação de Aviso aos Debenturistas (conforme abaixo definido), nos termos da Cláusula 6.27 abaixo, ou por meio de comunicado individual a ser encaminhado pela Emissora a cada um dos titulares das Debêntures, em qualquer hipótese com o envio da cópia da publicação ou da comunicação para o Agente Fiduciário, o Agente de Liquidação e o Escriturador, com, no mínimo, 15 (quinze) Dias Úteis (conforme abaixo definidos) de antecedência da data prevista para o efetivo resgate (“Edital de Oferta de Resgate Antecipado”), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo (a) se o resgate será total ou parcial; (b) a data efetiva para sua realização, que coincidirá com o pagamento dos valores devidos em função da Oferta de Resgate Antecipado; (c) a forma de cálculo dos valores devidos em função da Oferta de Resgate Antecipado; (d) o valor do prêmio de resgate antecipado a ser oferecido pela Emissora, caso exista, que não poderá ser negativo (“Prêmio de Oferta de Resgate Antecipado”); (e) a forma de manifestação dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado, observado o disposto no inciso II abaixo; e (f) quaisquer outras informações necessárias para a tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate antecipado das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado;
2. após a publicação ou comunicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado terão o prazo de 10 (dez) Dias Úteis (conforme abaixo definidos) para se manifestarem nesse sentido perante à Emissora com cópia para o Agente Fiduciário, findo o qual a Emissora terá o prazo de 5 (cinco) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data para todas as Debêntures objeto do resgate;
3. a Emissora poderá condicionar a Oferta de Resgate Antecipado à aceitação de um percentual mínimo de Debêntures, a ser definido e divulgado por meio do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, sendo certo que o resgate antecipado poderá ser parcial, de forma que só serão resgatadas as Debêntures detidas pelos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado;
4. a Emissora deverá, com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis (conforme abaixo definidos) da data do efetivo resgate, comunicar a B3 sobre a sua intenção de realizar a Oferta de Resgate Antecipado, por meio de correspondência enviada pela Emissora, com a anuência do Agente Fiduciário;
5. o valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures a serem resgatadas, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data do efetivo resgate; e (b) se for o caso, do Prêmio de Oferta de Resgate Antecipado a ser oferecido aos Debenturistas, que não poderá ser negativo, a exclusivo critério da Emissora;
6. a Oferta de Resgate Antecipado, com relação às Debentures que estejam custodiadas eletronicamente na B3, deverá ocorrer de acordo com os procedimentos da B3 e caso não estejam custodiadas eletronicamente na B3, será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais do Escriturador; e
7. caso se verifique a adesão à Oferta de Resgate Antecipado parcial de Debenturistas representando um volume maior de Debêntures das que poderão ser resgatadas, com base no Edital de Oferta de Resgate Antecipado, deverá ser realizado procedimento de sorteio a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, conforme previsto no artigo 55, parágrafo 2º, alínea “(i)” da Lei das Sociedades por Ações, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da B3.

**6.19. Amortização Extraordinária Facultativa**

6.19.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar a amortização extraordinária facultativa das Debêntures, a qualquer momento a partir da Primeira Data de Integralização (“Amortização Extraordinária Facultativa”). A Amortização Extraordinária Facultativa será realizada mediante o pagamento de parcela do Valor Nominal Unitário ou de parcela do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures, acrescida (i) da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data da efetiva amortização extraordinária; e (ii) de prêmio *flat*, incidente sobre parcela do Valor Nominal Unitário ou sobre parcela do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures objeto da Amortização Extraordinária Facultativa, acrescida da Remuneração, conforme indicado na tabela abaixo:

|  |  |
| --- | --- |
| **Data da Amortização Extraordinária Facultativa** | **Prêmio**  **(*flat*)** |
| Entre a Data de Emissão (inclusive) e 10 de dezembro de 2022 (exclusive) | 0,1000% |
| Entre 10 de dezembro de 2022 (inclusive) e 10 de dezembro de 2023 (exclusive) | 0,0500% |
| Entre 10 de dezembro de 2023 (inclusive) e a Data de Vencimento (exclusive) | 0,0000% |

6.19.2. Caso tenha interesse em promover a Amortização Extraordinária Facultativa, a Emissora deverá comunicar aos Debenturistas, por meio de publicação de Aviso aos Debenturistas (conforme abaixo definido), nos termos da Cláusula 6.27 abaixo, ou por meio de comunicado individual a ser encaminhado pela Emissora a cada um dos Debenturistas, em qualquer hipótese com o envio da cópia da publicação ou da comunicação para o Agente Fiduciário, o Agente de Liquidação e o Escriturador, acerca da realização da Amortização Extraordinária Facultativa, com, no mínimo, 10 (dez) Dias Úteis (conforme abaixo definidos) de antecedência da data prevista para a efetiva Amortização Extraordinária Facultativa. Tal comunicado deverá conter os termos e condições da Amortização Extraordinária Facultativa, que incluem, mas não se limitam a: (a) a data efetiva para sua realização, que coincidirá com o pagamento dos valores devidos em função da Amortização Extraordinária Facultativa; (b) o percentual do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário a ser amortizado e a forma de cálculo dos valores devidos em função da Amortização Extraordinária Facultativa; (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária Facultativa.

6.19.3. A Emissora deverá, com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis (conforme abaixo definidos) da data da efetiva amortização extraordinária, comunicar a B3 sobre a sua intenção de realizar a Amortização Extraordinária Facultativa, por meio de correspondência enviada pela Emissora, com a anuência do Agente Fiduciário.

6.19.4.O pagamento das Debêntures amortizadas extraordinariamente por meio da Amortização Extraordinária Facultativa deverá abranger todas as Debêntures e será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na B3, por meio de depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado observados os procedimentos adotados pelo Escriturador.

6.19.5.Uma vez comunicada a data da Amortização Extraordinária Facultativa, a Emissora somente poderá alterá-la mediante deliberação por Debenturistas que representem mais que 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definidas). Caso seja aprovada a alteração da data da Amortização Extraordinária Facultativa, a Emissora deverá comunicar a B3 sobre a nova data da Amortização Extraordinária Facultativa anteriormente à data originalmente programada para a Amortização Antecipada Facultativa, respeitando também a antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis (conforme abaixo definidos) da nova data da efetiva amortização.

6.19.6.A realização da Amortização Extraordinária Facultativa deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures, obedecendo ao limite de amortização de 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures, acima do qual todas as Debêntures deverão ser integralmente resgatadas por meio do Resgate Antecipado Facultativo.

**6.20. Vencimento Antecipado**

6.20.1. O Agente Fiduciário deverá, automaticamente, independentemente de notificação à Emissora nesse sentido, considerar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão, tornando-se exigível da Emissora o pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro* *rata* *temporis* desde a Primeira Data de Integralização ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, da cobrança dos Encargos Moratórios e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos de quaisquer dos documentos da Emissão (“Montante Devido Antecipadamente”), respeitados eventuais prazos de cura específicos determinados abaixo, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada evento, um “Evento de Vencimento Antecipado Automático”):

1. descumprimento, pela Emissora, nas datas de vencimento respectivas, de qualquer obrigação pecuniária devida aos Debenturistas prevista nesta Escritura de Emissão, desde que não sanado no prazo de 3 (três) Dias Úteis (conforme abaixo definidos) do descumprimento;
2. pedido de recuperação judicial ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de plano de recuperação extrajudicial formulado pela Emissora, independente de deferimento do processo da recuperação ou de sua concessão pelo Juízo competente, ou qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei;
3. pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora, ou qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei;
4. extinção, liquidação e/ou dissolução da Emissora, salvo se tal extinção, liquidação e/ou dissolução for resultado de quaisquer das operações previstas na Cláusula 6.20.3, alíneas “(g)” ou “(h)”, abaixo, caso no qual aplicar-se-ão as exceções previstas em tais dispositivos;
5. alteração do objeto social da Emissora, a partir da Data de Emissão, que modifique substancialmente as atividades atualmente praticadas e que afete significativamente a capacidade de pagamento das Debêntures;
6. exceto pela dívida assumida nesta Escritura de Emissão, declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira da Emissora, decorrente(s) de títulos, contratos financeiros, empréstimos ou qualquer outra dívida financeira, inclusive no exterior e neste caso específico, cujo valor individual ou agregado supere R$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) ou valor equivalente em outras moedas;
7. descumprimento de decisão judicial transitada em julgado, administrativa ou arbitral, todas definitivas, de natureza condenatória, contra a Emissora, que resulte em condenação de pagar por valor individual ou agregado igual ou superior a R$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou valor equivalente em outras moedas, salvo se, em até 10 (dez) Dias Úteis (conforme abaixo definidos), (i) comprovada a concessão de pedido cautelar em ação rescisória que suspenda os efeitos da referida decisão ou sentença ou (ii) a Emissora tiver oferecido garantia dentro do prazo legal ou feito provisão para pagamento;
8. não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Oferta Restrita na forma prevista na Cláusula 4.1 acima;
9. existência de sentença judicial imediatamente exequível prolatada por qualquer juiz ou tribunal, declarando a ilegalidade, nulidade ou inexequibilidade total desta Escritura de Emissão, da Carta de Garantia e do Contrato de Distribuição;
10. transformação da Emissora em outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; e
11. caso a Emissora, tendo realizado o pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro, ou qualquer outra forma de distribuição de recursos a seus acionistas, em descumprimento da alínea “(y)” da Cláusula 7.1 abaixo, deixe de promover a retificação da deliberação que aprovou referido pagamento e de obter a devolução de tais valores à Emissora, no prazo de 10 (dez) dias contados da deliberação e/ou do pagamento realizado, o que tiver ocorrido antes.

6.20.2. Sem prejuízo do caráter automático do Evento de Vencimento Antecipado Automático e de qualquer direito dos Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá notificar a Emissora do vencimento antecipado das Debêntures, em até 2 (dois) Dias Úteis (conforme abaixo definidos) contados da ciência da ocorrência dos eventos mencionados acima, requerendo o pagamento do Montante Devido Antecipadamente, nos termos da Cláusula 6.20.6 abaixo.

6.20.3. O Agente Fiduciário deverá, em até 2 (dois) Dias Úteis (conforme abaixo definidos) contados da ciência da ocorrência dos eventos listados abaixo, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida) para deliberar sobre a não declaração do vencimento das Debêntures, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada evento, um “Evento de Vencimento Antecipado Não Automático” e, em conjunto com os Eventos de Vencimento Antecipado Automáticos, “Eventos de Vencimento Antecipado”):

1. redução do capital social da Emissora, exceto: (i) se previamente autorizado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida); (ii) nos casos de redução de capital realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei de Sociedades por Ações; e (iii) nos casos de redução(ões) de capital cujo valor, individual ou agregado, durante a vigência das Debêntures, não supere 30% (trinta por cento) o patrimônio líquido da Emissora calculado conforme demonstrações financeiras da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020;
2. inadimplemento, pela Emissora, de toda e qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, se não sanada no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis (conforme abaixo definidos), exceto nos casos com prazo de cura específico, se houver, contados da data do referido descumprimento;

1. protesto legítimo de títulos contra a Emissora ou com coobrigação da Emissora, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), cuja devida e tempestiva comprovação de quitação, garantia, sustação, cancelamento, extinção ou suspensão no prazo legal não seja apresentado ao Agente Fiduciário, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da notificação do protesto realizada pelo respectivo cartório;
2. descumprimento de sentença arbitral, administrativa ou judicial imediatamente exequível que cause um Efeito Material Adverso (conforme abaixo definido);
3. comprovação de inveracidade, incorreção, falsidade, omissão ou inconsistência de qualquer declaração prestada pela Emissora nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Distribuição, conforme aplicável, se não sanada, desde que seja possível, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis (conforme abaixo definidos);
4. ocorrência de um evento ou circunstância que tenha um impacto financeiro negativo relevante sobre o negócio e sobre a situação financeira da Emissora e da Garantidora e que possa prejudicar a capacidade da Emissora e da Garantidora de cumprir tempestivamente suas obrigações decorrentes da presente Escritura de Emissão (“Efeito Material Adverso”);
5. incorporação, incorporação de ações, fusão ou cisão da Emissora, exceto se, nos termos previstos no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, (i) tal incorporação, fusão ou cisão foi previamente aprovada pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida) ou (ii) for assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses a contar da data da publicação das atas das assembleias relativas à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, sendo que nesse caso a sociedade cindida e as sociedades que absorverem parcelas do seu patrimônio responderão solidariamente pelo resgate das Debêntures;
6. alienação de ações ou qualquer processo de reestruturação societária da Emissora que implique na alteração do controle acionário da Emissora, conforme definição de controle prevista no artigo 116, da Lei das Sociedades por Ações, de modo que a Garantidora (atual controladora indireta da Emissora) deixe de ser controladora direta ou indireta da Emissora. Para fins desta alínea, fica desde já esclarecido que a simples mudança nos percentuais das participações acionárias detidas pelos atuais acionistas controladores (indiretos) da Emissora não se configurará como alteração do controle acionário da Emissora, desde que a Garantidora permaneça detendo, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) de participação societária direta ou indireta na Emissora;
7. autuações da Emissora pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência que causem um Efeito Material Adverso, exceto (i) se a referida autuação for efetivamente cancelada ou sustada; ou (ii) se, no prazo legal, for interposto recurso ou impugnação, conforme o caso, que tenha efeito suspensivo; ou (iii) se referida autuação ou procedimento extrajudicial for questionado em sede administrativa de boa-fé pela Emissora e for concedido efeito suspensivo a tal questionamento;
8. (i) decisão judicial imediatamente exequível que condene a Emissora por descumprimento, pela Emissora, das Leis Ambientais (conforme abaixo definidas), desde que tal decisão tenha efetivamente causado um Efeito Material Adverso; e (ii) a falta de renovação, o cancelamento ou a suspensão de licença operacional ou ambiental necessária à condução das atividades da Emissora consoante a lei aplicável, salvo se a licença em questão estiver em processo de renovação ou se a falta de renovação, o cancelamento ou a suspensão estiver sendo questionada pela Emissora ou não cause um Efeito Material Adverso;
9. a existência de decisão judicial e/ou decisão arbitral e/ou administrativa em razão da prática de atos, pela Emissora ou por suas controladas que importem ações que incentivem a prostituição, a utilização em suas atividades de mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo;
10. violação, pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas ou subsidiárias, às Leis Anticorrupção (conforme abaixo definidas), comprovada por meio de decisão judicial pelo juízo competente, que cause um Efeito Material Adverso e que possa prejudicar a capacidade da Emissora ou da Garantidora de cumprir tempestivamente suas obrigações decorrentes da presente Escritura de Emissão;
11. exceto pela dívida assumida nesta Escritura de Emissão, inadimplemento de obrigações pecuniárias de responsabilidade da Emissora, inclusive no exterior, decorrente(s) de títulos, contratos financeiros, empréstimos ou qualquer outra dívida financeira e neste caso específico, cujo valor individual ou agregado supere R$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou valor equivalente em outras moedas, em qualquer hipótese, se não sanadas no prazo de 3 (três) Dias Úteis (conforme abaixo definidos) do inadimplemento, sendo que este prazo não se aplica às obrigações pecuniárias para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico determinado no respectivo contrato;
12. questionamento judicial, pela Emissora, pela Garantidora e/ou por qualquer de suas controladas ou subsidiárias, da validade e exequibilidade de qualquer disposição desta Escritura de Emissão, da Carta de Garantia e do Contrato de Distribuição;
13. se a Carta de Garantia não for devidamente mantida de forma válida, plena, eficaz e exequível, conforme disposto na presente Escritura de Emissão; ou, de qualquer forma, deixar de existir; e
14. demais hipóteses de vencimento antecipado previstas em lei, especialmente as previstas no artigo 1.425 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”).

6.20.4. Na hipótese de não instalação em segunda convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula 6.20.3 acima, ou exceto caso os Debenturistas titulares de Debêntures em Circulação (conforme abaixo definidas) que representem mais que 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação decidam por não declarar o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do Montante Devido Antecipadamente, mediante imediato envio de notificação à Emissora neste sentido, nos termos da Cláusula 6.20.6 abaixo.

6.20.5. Para os fins de que trata essa Escritura de Emissão, “Data de Vencimento Antecipado” será qualquer uma das seguintes datas: (i) na hipótese dos Eventos de Vencimento Antecipado Automáticos, previstos na Cláusula 6.20.1 acima, será a data em que ocorrer qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado Automáticos, independente de notificação nesse sentido; ou (ii) na hipótese dos Eventos de Vencimento Antecipado Não Automáticos, previstos na Cláusula 6.20.3 acima, será a data em que se realizar a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida) de que trata a Cláusula 6.20.3 acima, se tal Assembleia Geral de Debenturistas não aprovar a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

6.20.6. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a, em até 5 (cinco) Dias Úteis (conforme abaixo definidos), contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário por meio de carta protocolizada ou encaminhada com aviso de recebimento no endereço constante da Cláusula Décima Primeira abaixo, pagar o Montante Devido Antecipadamente correspondente à totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento destas.

6.20.7. O pagamento do Montante Devido Antecipadamente será realizado fora do âmbito da B3, devendo a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, comunicar imediatamente a B3 a respeito da ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures.

**6.21. Multa e Juros Moratórios**

6.21.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão sujeitos, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) a multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) a juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento (“Encargos Moratórios”).

**6.22. Atraso no Recebimento dos Pagamentos**

6.22.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração das Debêntures e/ou Encargos Moratórios a partir da data em que o valor correspondente seja disponibilizado pela Emissora ao Debenturista, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a referida data.

**6.23. Imunidade ou Isenção de Debenturistas**

6.23.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Emissora, com cópia ao Agente de Liquidação e ao Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis (conforme abaixo definidos) antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

**6.24. Forma e Local de Pagamento**

6.24.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se os procedimentos adotados pela B3, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na B3. As Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente junto à B3 terão os seus pagamentos realizados por meio do Escriturador das Debêntures ou na sede da Emissora, se for o caso.

**6.25. Prorrogação dos Prazos**

6.25.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista e decorrente desta Escritura de Emissão, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que seja um feriado declarado nacional, sábado ou domingo. Para fins desta Escritura de Emissão será considerado “Dia Útil” qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura de Emissão não vier acompanhada da indicação de “Dia Útil”, entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

**6.26. Direito ao Recebimento dos Pagamentos**

6.26.1. Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão, aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

**6.27. Publicidade**

6.27.1. Os atos societários da Emissora realizados a partir da Data de Emissão que, de qualquer forma, envolvam, direta ou indiretamente, interesses dos Debenturistas, serão publicados nos jornais usualmente utilizados pela Emissora, quais sejam: o (i) Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte; e (ii) o Jornal Tribuna do Norte. Do mesmo modo, todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, envolvam, direta ou indiretamente, interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados sob a forma de “Aviso aos Debenturistas” nos jornais mencionados acima. A Emissora poderá alterar tais jornais por outros jornais de grande circulação que sejam adotados para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e publicação informando os Debenturistas a esse respeito no jornal a ser substituído, na forma de Aviso aos Debenturistas.

## Cláusula Sétima – OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1. Sem prejuízo das demais obrigações constantes desta Escritura de Emissão, a Emissora está adicionalmente obrigada a:

1. cumprir integralmente com todas as suas obrigações previstas na presente Escritura de Emissão e na Carta de Garantia, incluindo, mas não se limitando, à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Oferta Restrita exclusivamente para os fins descritos na Cláusula 4.1 acima;
2. manter contratados durante a vigência das Debêntures, às suas expensas, a B3, o Agente Fiduciário, o Agente de Liquidação e o Escriturador;
3. apresentar imediatamente ao público as decisões tomadas pela Emissora com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados relevantes, nos termos da regulamentação expedida pela CVM, especialmente a Instrução CVM 476;
4. fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
5. no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis após o que ocorrer primeiro entre o 90º (nonagésimo) dia contado do término de cada exercício social e a data da efetiva divulgação, (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes registrados na CVM, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor (“Demonstrações Financeiras Consolidadas”); (ii) declaração assinada pelo(s) Diretor(es) da Emissora atestando (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão e nos demais documentos da Oferta Restrita; (b) acerca da não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o seu Estatuto Social;
6. dentro de 5 (cinco) Dias Úteis após o efetivo registro na JUCERN (ou, em caso de alteração da sede da Emissora, na Junta Comercial competente), fornecer cópias das atas de Assembleias Gerais Ordinárias; e
7. informações a respeito de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado imediatamente após sua ocorrência. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu exclusivo critério, exercer suas faculdades, pretensões e poderes, previstos nesta Escritura de Emissão, inclusive o de declarar o vencimento antecipado de todas as obrigações da Emissora relativas às Debêntures;
8. proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e pela regulamentação da CVM, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor;
9. atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:
10. preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
11. submeter suas demonstrações financeiras à auditoria, por auditor registrado na CVM;
12. divulgar, até o dia anterior ao início da Oferta Restrita, as demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais encerrados, em sua página na rede mundial de computadores, bem como no sistema disponibilizado pela B3;
13. divulgar as demonstrações financeiras subsequentes, acompanhadas de notas explicativas e relatório dos auditores independentes, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
14. observar as disposições da Resolução da CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021 (“Resolução CVM 44”), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
15. divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Resolução CVM 44, comunicando imediatamente ao Agente Fiduciário e ao Coordenador Líder sobre tal fato; e
16. fornecer as informações solicitadas pela CVM; e
17. divulgar em sua página na rede mundial de computadores o relatório anual enviado pelo Agente Fiduciário e demais comunicações enviadas pelo Agente Fiduciário na mesma data do seu recebimento, observado ainda o disposto no inciso “(iv)” acima;
18. manter os documentos mencionados nos itens (iii), (iv) e (vi) anteriores em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos; e
19. observar as disposições da regulamentação específica editada pela CVM, caso seja convocada, para realização de modo parcial ou exclusivamente digital, Assembleia Geral de Debenturistas.
20. enviar à B3 documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo estipulado pela B3 ou, na sua falta, em até 2 (dois) Dias Úteis a contar do recebimento de notificação nesse sentido;
21. manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, bem como não alterar a forma de contabilização atual, exceto por determinação legal ou normas da CVM;
22. convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida) para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com as Debêntures, caso o Agente Fiduciário não o faça;
23. cumprir tempestivamente todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
24. não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
25. notificar, em até 1 (um) Dia Útil, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão de suas atividades ou que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento de todas as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, bem como sobre a ocorrência de qualquer um dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos nesta Escritura de Emissão;
26. efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis, a critério do Agente Fiduciário, e comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis, a critério do Agente Fiduciário, comprovados e incorridos em padrão de mercado em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão;
27. efetuar recolhimento de quaisquer tributos que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures e que sejam de responsabilidade da Emissora por determinação legal;
28. manter-se devidamente organizada e constituída como uma sociedade por ações sob as leis brasileiras;
29. cumprir integralmente todas as leis e regulamentos a que esteja sujeita, em cada caso na medida em que seu descumprimento resulte em um Efeito Material Adverso sobre o negócio ou sobre a condição financeira da Emissora;
30. manter todas as licenças, certificados e autorizações ambientais e operacionais, necessárias à condução de suas atividades no curso normal de negócios;
31. cumprir o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA (“CONAMA”) e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas (“Leis Ambientais”), exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial e, caso aplicável, for concedido efeito suspensivo a tal questionamento, ou que não resultem em Efeito Material Adverso, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão;
32. cumprir o disposto na legislação no que se refere à prostituição, mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo;
33. não usar, emprestar, contribuir ou de outra maneira tornar disponíveis, direta ou indiretamente, os recursos desembolsados em decorrência desta Escritura de Emissão a qualquer subsidiária, parceiro ou outra pessoa, para financiar quaisquer atividades ou negócios com qualquer pessoa em Mianmar (ou Birmânia), Cuba, Irã, Líbia, Coréia do Norte, Sudão ou qualquer outro país ou território que, no momento do financiamento esteja sujeito a Sanções (conforme abaixo definidas), ou que de alguma maneira resulte na violação por qualquer pessoa (incluindo participantes da presente operação) de Sanções, tampouco atividades relacionadas a boicotes, lavagem de dinheiro, terrorismo, tráfico de narcóticos ou embargos de exportação e no comércio internacional. Para fins da presente Escritura de Emissão, “Sanções” significa qualquer sanção imposta pelo Escritório de Controle de Bens Estrangeiros do Departamento do Tesouro Americano (Office of Foreign Assets Control - OFAC), Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), ou outras autoridades sancionadoras relevantes;
34. comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas (conforme abaixo definidas) sempre que solicitada e convocada nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão;
35. notificar em até 2 (dois) Dias Úteis o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura de Emissão tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas;
36. não utilizar, direta ou indiretamente, os recursos oriundos da presente Emissão em atividades que possam constituir violação nem para qualquer finalidade que resulte em infração da legislação anticorrupção a que esteja sujeita a Emissora e/ou qualquer de suas controladas ou subsidiárias, inclusive a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada, o *Bribery Act* de 2010 do Reino Unido, o *Foreign Corrupt Practices Act* de 1977 dos Estados Unidos da América e a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da OCDE (em conjunto, “Leis Anticorrupção”), em cada caso na medida em que tal legislação seja aplicável à Emissora e/ou a qualquer de suas controladas ou subsidiárias;
37. Manter, por sí e por suas controladas ou subsidiárias políticas de prevenção ao descumprimento das Leis Anticorrupção a que Emissora e/ou qualquer de suas controladas ou subsidiárias estejam sujeitas, em cada caso na medida em que tal legislação seja aplicável à Emissora e/ou a qualquer de suas controladas ou subsidiárias;
38. não realizar o pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro, ou qualquer outra forma de distribuição de recursos a seus acionistas, estando a Emissora em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária e/ou não pecuniária que cause Efeito Adverso Relevante, nos termos desta Escritura de Emissão, exceto quanto ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. O descumprimento da obrigação prevista neste item somente será caracterizado em caso de ocorrência do Evento de Vencimento Antecipado previsto na alínea “(k)” da Cláusula 6.20.1 acima; e
39. envidar os melhores esforços para realizar o tratamento de dados pessoais de acordo com a legislação aplicável, inclusive (i) armazenando dados pessoais de forma segura e apropriada, de acordo com a legislação aplicável; (ii) seguindo uma política de privacidade e procedimentos de segurança compatíveis com o tipo de dados pessoais tratados; (iii) indicando um encarregado, conforme determina a legislação aplicável; (iv) fazendo o registro das operações de tratamento de dados pessoais; (v) obtendo o devido consentimento dos titulares dos dados pessoais para realizar os tratamentos, caso esta seja a base legal aplicável; (vi) somente utilizando dados pessoais de modo compatível com as finalidades do recebimento; (vii) permitindo que os titulares dos dados pessoais exerçam seus direitos, conforme previsto na legislação aplicável; (viii) assegurando que medidas técnicas e organizacionais de segurança sejam utilizadas para proteger os dados pessoais contra tratamento ilícito e desautorizado e contra vazamentos acidentais, destruição ou prejuízo; (ix) assegurando que quaisquer colaboradores ou prestadores de serviços externos que atuem em conjunto com elas na realização dos seus serviços e que venham a ter acesso a dados pessoais cumpram as legislações aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais; (x) envidando esforços de modo a não possuir (a) qualquer reclamação, inquéritos, multas, procedimentos administrativos ou judiciais relacionados à privacidade ou proteção de dados pessoais procedentes, e (b) quaisquer incidentes de segurança envolvendo dados pessoais; e (xi) não vendendo, licenciando, compartilhando ou divulgando dados pessoais para terceiros para finalidades incompatíveis com as que ensejaram seu recebimento. Caso seja comprovada a ocorrência de uma violação da legislação aplicável de proteção de dados pessoais e os Debenturistas passem a figurar como partes em ações judiciais, tanto cíveis quanto penais, bem como virem alvo de investigações ou de procedimentos administrativos conduzidos por órgão competente, a Emissora ficará obrigada a indenizar os Debenturistas no valor correspondente a eventuais passivos, perdas e outras obrigações ou materializadas, desde que por culpa exclusiva da Emissora.

7.1.1. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente B3 sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

7.2. As despesas a que se refere a alínea “(m)” da Cláusula 7.1 acima deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora, e compreenderão, entre outras, as seguintes:

1. publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
2. despesas com fotocópias, digitalizações, envio de documentos, despesas cartorárias;
3. extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora e não entregues dentro de 30 (trinta) dias corridos;
4. *conference calls* e contatos telefônicos;
5. despesas de viagem, transportes, estadias e alimentação, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário;
6. despesas com especialistas, tais como assessoria legal ou contábil ao Agente Fiduciário; e
7. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

## Cláusula Oitava – AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. A Emissora nomeia e constitui como agente fiduciário da Emissão, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

8.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei que:

1. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;
2. aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
3. está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
4. conhece e aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
5. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e aqueles previstos nos respectivos atos constitutivos, necessários para tanto;
6. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
7. não tem qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
8. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 6º da Resolução CVM nº 17, de 9 de fevereiro de 2021 (“Resolução CVM 17”);
9. não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
10. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
11. que o(s) representante(s) legal(is) que assina(m) esta Escritura de Emissão tem poderes estatuários e/ou delegados para assumir as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatário(s), teve(tiveram) os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
12. esta Escritura de Emissão contém obrigações válidas e vinculantes do Agente Fiduciário, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
13. está ciente da regulamentação aplicável às Debêntures e à Emissão, emanada pela CVM, pelo Banco Central do Brasil e pelas demais autoridades e órgãos competentes;
14. na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma atualizado disponibilizado pela Emissora, para os fins do disposto no parágrafo 2º do artigo 6º da Resolução CVM 17, o Agente Fiduciário atua como agente fiduciário nas seguintes emissões de valores mobiliários da Emissora ou de sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo:;

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A.** | |
| **Ativo: Debênture** | |
| **Série:** 1 | **Emissão:** 5 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 400.000.000,00 | **Quantidade de ativos:** 400000 |
| **Data de Vencimento:** 29/03/2022 | |
| **Taxa de Juros: 100% do CDI + 0,9% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Inadimplementos no período:** Não ocorreram inadimplementos no período. | |
| **Garantias: Com Garantia Fidejussória adicional prestada pela Glencore PLC, nos termos da Carta de Garantia.** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A.** | |
| **Ativo: Debênture** | |
| **Série:** 2 | **Emissão:** 5 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 600.000.000,00 | **Quantidade de ativos:** 600000 |
| **Data de Vencimento:** 29/03/2024 | |
| **Taxa de Juros: 100% do CDI + 1,2% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Inadimplementos no período:** Não ocorreram inadimplementos no período. | |
| **Garantias: Com Garantia Fidejussória adicional prestada pela Glencore PLC, nos termos da Carta de Garantia.** | |

1. assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 6 da Resolução CVM 17, tratamento equitativo a todos os debenturistas de eventuais emissões de debêntures realizadas pela Emissora, sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que venha a atuar na qualidade de agente fiduciário.

8.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento, a data do vencimento antecipado das Debêntures, a data do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures, a data da Oferta de Resgate Antecipado da totalidade das Debêntures e a data das demais hipóteses de resgate da totalidade das Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, ou até sua efetiva substituição ou, caso ainda restem obrigações inadimplidas da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas.

8.4. A título de remuneração pelos serviços prestados pelo Agente Fiduciário serão devidas parcelas trimestrais de R$3.000,00 (três mil reais), perfazendo o total anual de R$12.000,00 (doze mil reais), sendo que o primeiro pagamento deverá ser realizado em até 5 (cinco) dias corridos da data de assinatura desta Escritura de Emissão, e as demais parcelas serão devidas nas mesmas datas dos anos subsequentes. Tais pagamento serão devidos até a liquidação integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na Data de Vencimento.

8.4.1. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a sua emissão ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, antes ou depois da emissão das Debêntures, bem como atendimento a solicitações extraordinárias, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais fatos bem como a (i) comentários aos documentos da Emissão durante a estruturação da mesma, caso a operação não venha a se efetivar; (ii) participação em reuniões formais ou virtuais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas com 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de “relatório de horas” à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) da Garantia Estrangeira; (ii) prazos de pagamento; e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não serão considerados reestruturação das Debêntures.

8.4.2. No caso de celebração de aditamentos a esta Escritura de Emissão, bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, serão cobradas, adicionalmente, o valor de R$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicados a tais alterações/serviços.

8.4.3. Os impostos incidentes sobre a remuneração serão acrescidos às parcelas mencionadas acima nas datas de pagamento. Além disso, todos os valores mencionados acima serão atualizados pelo IGP-M, sempre na menor periodicidade permitida em lei, a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão.

8.4.4. A remuneração não inclui as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante ou após a implantação dos serviços, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas na Emissão e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento das Debêntures. As eventuais despesas, depósitos, custas judiciais, sucumbências, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

8.4.5. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.

8.4.6. Não haverá devolução de valores já recebidos pelo Agente Fiduciário a título da prestação de serviços, exceto se o valor tiver sido pago incorretamente.

8.4.7. Eventuais obrigações adicionais atribuídas ao Agente Fiduciário ou alterações nas características ordinárias da operação facultarão ao Agente Fiduciário a revisão dos seus honorários.

8.4.8. Os serviços do Agente Fiduciário aqui previstos são aqueles descritos na Resolução CVM 17 e na Lei das Sociedades por Ações.

8.5. Além dos previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário, entre outros:

1. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
2. renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão e realizar a imediata convocação de Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida) para deliberar sobre sua substituição;
3. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
4. conservar, em boa guarda, toda a documentação relativa ao exercício de suas funções;
5. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações relativa à Garantia Estrangeira e a consistência das demais informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
6. diligenciar junto à Emissora para que a Escritura de Emissão e seus aditamentos sejam registrados na JUCERN (ou, em caso de alteração da sede da Emissora, na Junta Comercial competente), adotando, no caso da omissão da Emissora, as medidas eventualmente previstas em lei;
7. acompanhar a prestação das informações periódicas, alertando os Debenturistas, no relatório anual de que trata a alínea “(l)” abaixo, sobre as inconsistências ou omissões de que tenha conhecimento;
8. solicitar, quando julgar necessário, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
9. solicitar, quando considerar necessária, auditoria externa na Emissora e às expensas desta;
10. convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida), nos termos desta Escritura de Emissão;
11. comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida), a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
12. elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea “(b)”, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 15 da Resolução CVM 17, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
13. cumprimento pela Emissora das suas obrigações de prestação de informações periódicas, indicando as inconsistências ou omissões de que tenha conhecimento;
14. alterações estatutárias ocorridas no período com efeitos relevantes para os Debenturistas;
15. comentários sobre indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora relacionados a cláusulas destinadas a proteger o interesse dos titulares dos valores mobiliários e que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pela Emissora;
16. quantidade de Debêntures emitidas, quantidade de Debêntures em Circulação (conforme abaixo definidas) e saldo cancelado no período;
17. resgate, amortização, conversão e pagamento de juros das Debêntures realizados no período;
18. destinação dos recursos captados por meio da Emissão, conforme informações prestadas pela Emissora;

1. manutenção da suficiência e exequibilidade da Garantia Estrangeira;
2. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia;
3. declaração sobre a não existência de situação de conflito de interesses que impeça o Agente Fiduciário a continuar a exercer a função; e
4. existência de outras emissões de valores mobiliários, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário ou agente de notas no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões, (a) denominação da companhia ofertante; (b) quantidade de valores mobiliários emitidos; (c) valor da emissão; (d) espécie e garantias envolvidas; (e) prazo de vencimento e taxa de juros; (f) inadimplemento no período;
5. disponibilizar o relatório de que trata a alínea “(l)” acima em sua página na rede mundial de computadores, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora;
6. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora, ao Agente de Liquidação, ao Escriturador e à B3, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscreverem, integralizarem ou adquirirem as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Agente de Liquidação, o Escriturador e a B3 a divulgarem, a qualquer momento, a posição das Debêntures, bem como relação dos Debenturistas;
7. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e da Carta de Garantia, especialmente aquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
8. comunicar os Debenturistas a respeito de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações financeiras assumidas nesta Escritura de Emissão, incluindo as obrigações relativas a garantias e a cláusulas destinadas a proteger o interesse dos Debenturistas e que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pela Emissora, indicando as consequências para os Debenturistas e as providências que pretende tomar a respeito do assunto, em até 7 (sete) Dias Úteis contados da ciência pelo Agente Fiduciário do inadimplemento;
9. opinar sobre a suficiência das informações prestadas nas propostas de modificações nas condições das Debêntures;
10. acompanhar com o Escriturador, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura de Emissão;
11. divulgar as informações referidas no item “(x)” da alínea “(l)” acima em sua página na rede mundial de computadores, tão logo delas tenha conhecimento;
12. disponibilizar diariamente o valor unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, aos investidores e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de seu *website*; e
13. verificar a regularidade da constituição da Garantia Estrangeira, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade nos termos das disposições estabelecidas nesta Escritura de Emissão e na Carta de Garantia.

8.6. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida) para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual deverá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, podendo ainda, ser convocada pelos titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuá-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não resultará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

8.6.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, mediante convocação da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida), solicitando sua substituição.

8.6.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida) especialmente convocada para esse fim.

8.6.3. Caso ocorra à efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração paga ao Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida).

8.6.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser comunicada à CVM, no prazo de até 7 (sete) Dias Úteis contados da data do arquivamento mencionado na Cláusula 8.6.5 abaixo.

8.6.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos da Cláusula 2.3 acima.

8.6.6. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de Aviso aos Debenturistas nos termos da Cláusula 6.27.1 acima.

8.6.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

## Cláusula Nona – ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas (“Assembleia Geral de Debenturistas”).

9.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

9.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas, nos termos do artigo 71, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações.

9.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas, em primeira convocação, com antecedência mínima de 8 (oito) dias corridos, nos termos do artigo 124, parágrafo 1º, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

9.5. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias corridos após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação e a publicação do edital de convocação da Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação.

9.6. Nos termos do artigo 71, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definida) e, em segunda convocação, com qualquer número.

9.7. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

9.8. Para efeito da constituição do quórum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula Nona, serão consideradas “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de quórumde deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

9.9. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Agente Fiduciário, ao debenturista eleito pelos demais Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

9.10. Exceto conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas, em primeira ou em segunda convocação, por Debenturistas que representem mais que 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação, inclusive com relação a alterações nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão que não apresentem outro quórum específico e, ainda, na hipótese de qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Debêntures; (ii) na data de pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures; (iii) no parâmetro de cálculo da Remuneração das Debêntures; (iv) das hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário; e/ou (v) de qualquer das obrigações assumidas pela Emissora nessa Escritura de Emissão.

9.11. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quóruns* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares de Debêntures, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

9.12. Independentemente das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

#### Cláusula Décima – DECLARAÇÕES DA EMISSORA

10.1. A Emissora neste ato declara que:

1. é sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
2. está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações societárias e/ou regulatórias necessárias à assinatura da presente Escritura de Emissão e da Carta de Garantia, ao cumprimento de todas as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e na Carta de Garantia e à Emissão, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
3. os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão têm, na Data de Emissão, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações aqui previstas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
4. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e na Carta de Garantia não infringem ou contrariam: (A) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (B) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (C) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
5. está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, essenciais à condução de seus negócios;
6. cumpre o disposto na legislação no que se refere à prostituição, mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo;
7. está cumprindo com o disposto nas Leis Ambientais que sejam necessárias para a execução das atividades da Emissora, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;
8. as demonstrações financeiras da Emissora representam corretamente a sua posição financeira naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis aceitos no Brasil;
9. exceto por aqueles mencionados em suas demonstrações financeiras, a Emissora não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar um Efeito Material Adverso;
10. a presente Escritura de Emissão, a Carta de Garantia e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Emissora, exequíveis de acordo com seus termos e condições;
11. a Emissora está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão e não ocorreu e/ou não está em curso qualquer Evento de Vencimento Antecipado;
12. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, e com a forma de cálculo da Remuneração, a qual foi estabelecida por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio de boa-fé;
13. todas as informações escritas, fornecidas até a Data de Emissão, pela Emissora aos Debenturistas, relativas à presente Escritura de Emissão, à Carta de Garantia e à Oferta Restrita, não contêm qualquer informação falsa ou enganosa ou deixam de informar qualquer fato relevante necessário para fazer com que as informações nela contidas, em vista das circunstâncias em que foram prestadas, não sejam enganosas, estando entendido, para fins desta alínea, que projeções quanto a acontecimentos futuros não devem ser consideradas declarações de fato;
14. as informações e declarações prestadas e fornecidas pela Emissora aos investidores e aos Debenturistas são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;
15. não omitiu fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Investidores Profissionais que venham a adquirir as Debêntures;
16. não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
17. nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou da Carta de Garantia, ou para a realização da Emissão, exceto: (i) o arquivamento das atas da RCA e da AGE e da Escritura de Emissão perante a JUCERN; e (ii) o depósito das Debêntures no MDA e CETIP21;
18. tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie de sua Emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento ou do cancelamento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
19. a Emissora, incluindo qualquer de suas respectivas subsidiárias ou de seus diretores, administradores, empregados, agentes, afiliados ou representantes, não é indivíduo ou entidade atualmente sujeita a Sanções, tampouco está localizada, organizada ou reside em um país ou território sujeito a Sanções;
20. até a presente data, conduziu e vem conduzindo seus negócios, bem como de suas controladas ou subsidiárias, em conformidade com as Leis Anticorrupção a que podem estar sujeitas, bem como instituíram e mantêm políticas e procedimentos elaborados para garantir o contínuo cumprimento das referidas Leis Anticorrupção, que tenham por finalidade o combate ou a mitigação dos riscos relacionados a práticas corruptas, atos lesivos, infrações ou crimes contra a ordem econômica ou tributária, de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, ou contra o Sistema Financeiro Nacional, o mercado de capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, incluindo, sem limitação, atos ilícitos que possam ensejar responsabilidade administrativa, civil ou criminal nos termos das Leis Anticorrupção, bem como, até a presente data, nem a Emissora, qualquer de suas controladas ou subsidiárias, e nem os respectivos diretores, membros de conselho de administração, incluindo assessores ou prestadores de serviço, agindo em benefício próprio, comprovadamente: (i) usou os recursos da Emissora para contribuições, doações ou despesas de representação ilegais ou outras despesas ilegais relativas a atividades políticas; (ii) realizou ação destinada a facilitar uma oferta, pagamento ou promessa ilegal de pagar, bem como ter aprovado ou aprovar o pagamento, a doação de dinheiro, propriedade, presente ou qualquer outro bem de valor, direta ou indiretamente, para qualquer “oficial do governo” (incluindo qualquer oficial ou funcionário de um governo ou de entidade de propriedade ou controlada por um governo ou organização pública internacional ou qualquer pessoa agindo na função de representante do governo ou candidato de partido político) a fim de influenciar qualquer ação política ou obter uma vantagem indevida com violação da lei aplicável; (iii) fez qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros, praticaram quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; (iv) praticou ou ter praticado quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; e (v) praticou qualquer conduta enquadrada nas Leis Anticorrupção que lhe são aplicáveis; e
21. envida os melhores esforços para (1) realizar o tratamento de dados pessoais de acordo com a legislação aplicável e, no melhor conhecimento da Emissora, assegura que (i) armazena dados pessoais de forma segura e apropriada, de acordo com a legislação aplicável; (ii) segue uma política de privacidade e procedimentos de segurança compatíveis com o tipo de dados pessoais tratados; (iii) indicou um encarregado, conforme determina a legislação aplicável; (iv) faz o registro das operações de tratamento de dados pessoais; (v) possui o devido consentimento dos titulares dos dados pessoais para realizar os tratamentos, quando esta é a base legal aplicável; (vi) somente utiliza dados pessoais de modo compatível com as finalidades do recebimento; (vii) permite que os titulares dos dados pessoais exerçam seus direitos, conforme previsto na legislação aplicável; (viii) medidas técnicas e organizacionais de segurança são utilizadas para proteger os dados pessoais contra tratamento ilícito e desautorizado e contra vazamentos acidentais, destruição ou prejuízo; (ix) quaisquer colaboradores ou prestadores de serviços externos que atuem em conjunto com elas na realização dos seus serviços e que venham a ter acesso a dados pessoais cumpram as legislações aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais; (2) não possuir (i) qualquer reclamação, inquéritos, multas, procedimentos administrativos ou judiciais relacionados à privacidade ou proteção de dados pessoais, e (ii) conhecimento de quaisquer incidentes de segurança envolvendo dados pessoais; e (3) não vender, licenciar, compartilhar ou divulgar dados pessoais para terceiros para finalidades incompatíveis com as que ensejaram seu recebimento. Caso seja comprovada a ocorrência de uma violação da legislação aplicável de proteção de dados pessoais e os Debenturistas passem a figurar como partes em ações judiciais, tanto cíveis quanto penais, bem como virem alvo de investigações ou de procedimentos administrativos conduzidos por órgão competente, a Emissora ficará obrigada a indenizar os Debenturistas no valor correspondente a eventuais passivos, perdas e outras obrigações materializadas, desde que por culpa exclusiva da Emissora.

# Cláusula Décima Primeira – NOTIFICAÇÕES

11.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

**Para a Emissora:**

**Alesat Combustíveis S.A.**

Rua Gomes de Carvalho, nº 1306, 13º andar, bairro Vila Olímpia

CEP: 04.547-000, São Paulo – SP

At.: Sra. Melina Funatogawa // Sr. Fabio Pepe // Sra. Isabella Menezes

Tel.: + 55 11 2853-9075 // + 55 11 2853-9077

E-mail: [financeiro.sp@ale.com.br](mailto:financeiro.sp@ale.com.br)

**Para o Agente Fiduciário:**

**Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida das Américas, 3.434, bloco 7, 2º andar

At.: Antonio Amaro / Maria Carolina A. Lodi de Oliveira

Tel.: (21) 3514-0000

E-mail: ger2.agente@oliveiratrust.com.br

**Para o Agente de Liquidação e Escriturador:**

**Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida das Américas, 3.434, bloco 7, 2º andar

At.: Raphael Morgado / João Bezerra

Tel.: (21) 3514-0000

E-mail: sqescrituracao@oliveiratrust.com.br

**Para a B3:**

**B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3**

Praça Antonio Prado, nº 48, 6º andar, bairro Centro

CEP 01010-901, São Paulo – SP

At.: Superintendência de Ofertas de Títulos Corporativos e Fundos

Tel: (11) 2565-5061

E-mail: [valores.mobiliarios@b3.com.br](mailto:valores.mobiliarios@b3.com.br)

11.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. As comunicações feitas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de recebimento de “aviso de entrega e leitura”. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente à outra Parte pela Parte que tiver seu endereço alterado.

## Cláusula Décima Segunda – DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda acima, obrigando as Partes por si e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.

12.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, incisos I e III, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada (“Código de Processo Civil”), e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 815 e seguintes, do Código de Processo Civil.

12.5. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.6. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

12.7. Correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a Oferta Restrita, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, da B3, do Agente de Liquidação, do Escriturador e dos demais prestadores de serviços, e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

12.8. As Partes concordam que a presente Escritura de Emissão, assim como os demais documentos da operação poderão ser alterados, sem a necessidade de qualquer aprovação dos Debenturistas, sempre que e somente (i) quando tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências de adequação a normas legais, regulamentares ou exigências da CVM, ANBIMA ou ainda pela B3; (ii) quando verificado erro material, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético; ou ainda (iii) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.

## Cláusula Décima Terceira – FORO E ASSINATURA

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

13.2 As Partes reconhecem que as declarações de vontade das partes contratantes mediante assinatura digital presumem-se verdadeiras em relação aos signatários quando é utilizado o processo de certificação disponibilizado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, conforme admitido pelo artigo 10 e seus parágrafos da Medida Provisória nº 2.200, de 24 de agosto de 2001, em vigor no Brasil, reconhecendo essa forma de contratação em meio digital e informático como válida e plenamente eficaz, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito. Na forma acima prevista, a presente Escritura de Emissão, podem ser assinados digitalmente por meio eletrônico conforme disposto nesta Cláusula.

* 1. Esta Escritura de Emissão produz efeitos para todas as Partes a partir da data nele indicada, ainda que uma ou mais Partes realizem a assinatura eletrônica em data posterior. Ademais, ainda que alguma das partes venha a assinar eletronicamente este instrumento em local diverso, o local de celebração deste instrumento é, para todos os fins, a Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme abaixo indicado.

Estando assim as Partes certas e ajustadas, firmam o presente instrumento eletronicamente, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 30 de novembro de 2021.

[*O restante da página foi deixado intencionalmente em branco*.]

*Página de assinaturas 1/3 do “Instrumento Particular de Escritura da 6ª (Sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Alesat Combustíveis S.A.”*

**ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A.**

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome:  Cargo: | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome:  Cargo: |

*Página de assinaturas 2/3 do “Instrumento Particular de Escritura da 6ª (Sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Alesat Combustíveis S.A.”*

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome:  Cargo: | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome:  Cargo: |

*Página de assinaturas 3/3 do “Instrumento Particular de Escritura da 6ª (Sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Alesat Combustíveis S.A.”*

#### Testemunhas:

|  |  |
| --- | --- |
| 1.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome:  CPF:  RG: | 2.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome:  CPF:  RG: |